

Assinatura do Protocolo
entre
o Escritório da OIT em Lisboa
e a
Direcção de Recursos Humanos
da Região da MADEIRA

Funchal, 1 de Junho de 2005

Discurso de
Paulo Bárcia
Director
do
Escritório da OIT em Lisboa



Exmo. Senhor Secretário Regional dos Recursos Humanos da Região Autónoma da Madeira, Dr. Eduardo Brazão de Castro

Exmo. Senhor Director Regional do Trabalho da Região Autónoma da Madeira, Dr. Rui Gonçalves da Silva,

Exmos representantes dos parceiros sociais

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

È para mim uma honra e um privilégio ter procedido, em nome da Organização Internacional do Trabalho, à assinatura de um Protocolo de Cooperação com a Secretaria Regional dos Recursos Humanos da Região Autónoma da Madeira.

E é tanto mais estimulante fazê-lo quanto esta Secretaria Regional tem sido um interlocutor activo da OIT e das suas Conferências anuais. Participação activa da qual fui, aliás, testemunha privilegiada nos últimos cinco anos em que, noutras funções, estive colocado em Genebra.

Permitam-me duas palavras sobre o papel da OIT e do seu Escritório em Lisboa.

Muitos de vocês saberão que a OIT nasceu em 1919 como resultado de uma profunda reflexão de ordem ética sobre o custo social e humano da revolução industrial. A criação de uma instituição internacional especializada nas condições do trabalho foi inscrita no Tratado de Versailles, que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, com base no lema de que uma paz duradoura só é possível num mundo com justiça social. Mais tarde, em 1944, é adoptada a **Declaração de Filadélfia** que é ainda hoje considerada como a Carta dos princípios da Organização.

Desde a sua fundação, a OIT constituiu, pela sua natureza tripartida, um fórum único cuja política e programas são adoptados por representantes de empregadores e de trabalhadores em pé de igualdade com os dos governos.

Num primeiro largo período da sua história, a Organização concentrou naturalmente os seus esforços na elaboração e aplicação das Normas Internacionais do Trabalho (convenções e recomendações). A primeira Convenção, adoptada logo em 1919, institui a famosa jornada de oito horas. Muito daquilo que hoje faz parte da paisagem do mundo do trabalho se deve, em boa medida, à OIT.

Entretanto, com as descolonizações, o número de Estados-Membros vai progressivamente aumentando, a Organização assume o seu carácter universal (englobando hoje 178 países) e arranca com os primeiros programas de cooperação técnica para o desenvolvimento.

Dois novos conceitos marcam fortemente a fase mais recente da vida da OIT. Em 1998 a Conferência adopta a **Declaração sobre princípios e direitos fundamentais do trabalho**. Ela constitui a reafirmação da obrigação universal de todos os Estados Membros da Organização respeitarem, mesmo na ausência de uma ratificação formal, os princípios contidos nas Convenções relativas a quatro direitos: i) liberdade de associação e de negociação colectivas, ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado, iii) abolição efectiva do trabalho infantil e iv) eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão.

Por outro lado, o actual Director-Geral, o chileno Juan Somavia, lançou a agenda do **“trabalho digno”** (ou “decent work”) – de que falarei mais à frente – e estruturou o seu Secretariado (o BIT) em torno de quatro objectivos estratégicos – Normas Internacionais do Trabalho, Emprego, Protecção Social e Diálogo Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

E o nosso país nessa história? Bom, Portugal foi um dos signatários do Tratado de Versailles e, nessa qualidade, figura entre os membros fundadores da OIT. Desde então, foi marcado por vários períodos históricos. Em cada um deles, a OIT desempenhou um papel importante tendo, no entanto, o padrão de relacionamento variado ao sabor das dinâmicas da conjuntura internacional, da própria OIT e da sociedade portuguesa.

Olhando para a história mais recente, constatamos que os anos 90 foram marcados por um crescendo de densidade deste relacionamento. Sinais encorajadores aparecem já no início da década. Arranca então uma primeira geração de programas de cooperação enquanto, em 1992, Portugal assumia a presidência da Conferência, na pessoa do Dr. Nascimento Rodrigues.

O diálogo político foi, mais tarde, potenciado pelo protagonismo de Portugal durante a sua presença no Conselho de Administração da OIT no período 1999-2002. Materializou-se através de inúmeros acontecimentos como a participação, a título de convidado de honra, de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, na sessão da CIT de 2000. Foi complementado por um

importante Acordo sobre a utilização do português como língua de trabalho da Conferência, em vigor desde 2000. Ao mesmo tempo desenvolvia-se uma segunda geração de projectos de cooperação técnica passando Portugal a posicionar-se sistematicamente entre os 15 maiores doadores voluntários da OIT.

Todos estes factores, para os quais a Região Autónoma da Madeira também deu uma importante contribuição, desembocaram na ideia da abertura de um Escritório da OIT em Lisboa. Esta ideia – apoiada (no decorrer das negociações) por vários Ministros do Trabalho de diversos Governos e contando com o impulso entusiástico dos parceiros sociais – desembocou no Acordo de 2002 e na abertura oficial do Escritório em Maio de 2003.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Para quê um Escritório da OIT em Lisboa?

Três dimensões prioritárias formataram uma visão comum sobre o seu papel: diálogo político, parcerias técnicas e interface com o mundo de língua portuguesa.

Começamos pelo **diálogo político**. O emprego de qualidade, a melhoria das condições de trabalho, o aprofundamento do modelo social europeu e o combate por uma globalização inclusiva foram, nos últimos anos, consubstanciados pela OIT na sua agenda do trabalho digno (ou “*decent work*”).

A OIT está hoje no centro de um profundo debate à escala internacional sobre as relações entre a liberalização do comércio e os direitos fundamentais no trabalho. Face a fenómenos como as deslocalizações ou o chamado “*dumping*” social, não parece ser mais possível atacar aqueles temas num estreito quadro europeu ou mesmo da OCDE. A OIT é hoje o único *fórum* multilateral onde membros da OCDE, países em transição e economias emergentes se encontram, num contexto tripartido, para discutir as implicações sociais da economia globalizada.

Com vista a ultrapassar o diálogo de surdos entre Porto Alegre e Davos, e contribuir para uma reflexão séria e objectiva, o Conselho de Administração da OIT instituiu uma *Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização*. O seu Relatório – apresentado em meados de 2004 e intitulado “**Uma Globalização justa: criar oportunidades para todos**” – estima que a globalização representa um imenso potencial mas que o funcionamento actual da economia mundial sofre desequilíbrios que são insustentáveis no plano ético e político e indica que é urgente repensar a governação mundial.

Portugal no seu conjunto só tem a ganhar com uma participação activa nesse diálogo. As questões internacionais estão cada vez mais na agenda interna e têm uma incidência directa sobre a vida dos seus cidadãos. O Escritório da OIT tem um papel de catalizador desse diálogo e dessa participação.

A segunda dimensão da nossa intervenção é a do estabelecimento de **parcerias técnicas** com um leque muito alargado de instituições portuguesas, em boa hora alargado à Região Autónoma da Madeira.

Estas parcerias desenvolvem-se em dois sentidos. Trata-se, por um lado, de trazer para a reflexão e para os programas nacionais o capital da OIT e a vantagem comparativa do seu acervo de informação, da capitalização das boas práticas e o facto das suas normas e directrizes serem elaboradas num contexto tripartido.

Por outro, trata-se de “internacionalizar” as boas práticas que aqui têm lugar e promover a participação de especialistas nacionais nas actividades da Organização.

Ora, para além do diálogo político e das parcerias técnicas, o Escritório em Lisboa tem uma terceira missão – a de **interface com o mundo de língua portuguesa**.

Acreditamos, em particular, que uma política de traduções em língua portuguesa de obras de referência do BIT constitui um instrumento importante para o reforço da presença da OIT no mundo lusófono e para a participação dos mandantes lusófonos nas actividades da Organização.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Preferiram as duas instituições não o assinar este Protocolo em “catimini” mas antes fazê-lo numa sessão pública, na presença dos parceiros sociais, o que me parece uma escolha muito feliz.

A nossa parceria prevê, entre outros, o pleno acesso por parte da Direcção de Recursos Humanos da Madeira à informação, à documentação e às bases de dados da OIT, o apoio à sua plena participação nas Conferências da Organização assim como acções conjuntas de debate, sensibilização ou formação.

O facto de muitas dessas actividades estarem já em marcha é para nós a prova de que este Protocolo não ficará letra morta.

Exmo. Senhor Secretário Regional dos Recursos Humanos da Região Autónoma da Madeira,

Mais uma vez permita-me que lhe agradeça muito sinceramente, em nome da OIT, o interesse sempre manifestado pelas nossas actividades por parte dos serviços que V.Exa dirige

E que lhe reafirme o total empenho do Escritório de Lisboa na implementação dos termos do Protocolo que acabámos formalmente de assinar.

Muito obrigado pela vossa atenção